

CONGRESSO

No Conselho de Ética, acordo poupa deputados

Nenhuma acusação de quebra de decoro julgada em 2023 teve prosseguimento

» EVANDRO ÉBOLI

O acirramento entre deputados governistas e os seguidores de Jair Bolsonaro na Câmara foi até determinado ponto. Quando necessário, para salvar seus próprios mandatos, o que se viu neste 2023 foi um grande acordo entre parlamentares da esquerda e da direita. Foi o que ocorreu no Conselho de Ética da Casa.

Dos 22 casos julgados no conselho, nenhum prosperou, avançou. Todos morreram na fase inicial, de aceitação ou não da acusação. É a chamada fase preliminar. Essas ações, agora oficialmente arquivadas, atingiram dez deputados esquerdistas, do PT, do PSol e do PCdoB. E do lado bolsonarista, nove deputados do PL foram alvos no colegiado, e também se livraram.

Desde o início da tramitação das representações, sempre apresentadas por seus rivais, ficou desenhado o grande acordo. Deputados de um e de outro lado votavam a favor do arquivamento da ação contra seus adversários.

Dois dos mais radicais bolsonaristas — Carla Zambelli (PL-SP) e Nikolas Ferreira (PL-MG) — se livraram do Conselho de Ética com voto do petista Washington Quaquá (RJ), que propôs uma “anistia geral”, favorecendo os dois lados.

Quaquá é vice-presidente nacional do PT e vai responder a ação no conselho em 2024 por ter agredido com um tapa um colega da oposição no plenário, na sessão da promulgação da reforma tributária, semana passada.

Até mesmo Eduardo Bolsonaro (PL-SP) contou com votos de duas deputadas governistas e do PT, Jack Rocha (ES) e Ana Paula Lima (SC). O parlamentar foi levado ao conselho porque partiu para cima de um deputado do próprio PT, Marcon (RS), disparando xingamentos.

Neste ano, se viu um comportamento incomum nas quase três décadas de funcionamento do Conselho de Ética: o recuo de relatores em seus posicionamentos, após pressão de um dos lados. Três relatores mudaram seus pareceres finais para aliviar a situação dos acusados. Todos os beneficiados são bolsonaristas.

O deputado Albuquerque (Republicanos-RR) relatou a denúncia contra José Medeiros (PL-MT), acusado pelo PT de proferir ofensas e palavrões contra a presidente do partido, Gleisi Hoffmann (PT-PR), e também por ter pisado no pé do petista Miguel Ângelo (PT-MG). No primeiro voto, Albuquerque votou pela

Evandro Éboli/CB/D.A Press



Reunião do Conselho de Ética em agosto: deputado Quaquá (PT-RJ) propôs acordo em benefício de todos

admissibilidade da denúncia, e justificou que ficou comprovada a pisada no pé do colega. Depois, distendeu: “Vou reformular meu voto porque o representado (Medeiros) se desculpou”. O placar foi 13 a 0 pelo arquivamento.

Os outros dois casos de recuo de relatores beneficiaram Zambelli e Nikolas. A deputada foi acusada de xingar o deputado Duarte Junior (PSB-MA). Ela o ofendeu com a expressão “vá tomar no c*”, durante uma audiência pública. O relator do caso, João Leão (PP-BA), primeiro, entendeu que ela quebrou, sim, o decoro. Mudou depois. Disse que “analise bem” e que não tinha ficado claro o xingamento disparado por Zambelli contra o colega.

O relator do caso de Nikolas, Alexandre Leite (União Brasil-SP), foi no mesmo caminho. O deputado mineiro foi acusado de transfobia ao discursar com uma peruca amarela de forma debochada. Leite criticou, defendeu a instauração do processo, mas, na sequência, recuou.

“Ouvindo aqui atentamente a todos os parlamentares, o que aconteceu naquele dia foi grave, diante do cenário que nós vivemos de violência, da falta de legislação específica existente ainda no nosso ordenamento jurídico. Levando tudo isso em consideração, acredito eu que não seja oportuno levar adiante isso aqui no Conselho de Ética”, argumentou o relator, que apenas sugeriu uma sanção de censura escrita. Na contramão dos acordos

armados no conselho, o deputado Chico Alencar (PSol-RJ), algumas vezes, contrariou até mesmo aliados de seu partido. Várias deputadas do PSol foram alvos de ação no colegiado. Hoje, ele avalia a tramitação desses casos, tanto de governistas como de opositoristas.

“De fato, depois das ‘escaramuças’ iniciais, as lideranças partidárias no conselho se acertaram para não punir ninguém. Eu, sondado, disse que ia julgar caso a caso, que cada um tinha sua especificidade. Assim o Nikolas, a Zambelli e o Bolsonaro se safaram, sem sequer uma advertência. Nunca fiz qualquer acordo. Há uma banalização das representações e das absolvições”, disse Chico Alencar.

O deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB) foi o bolsonarista mais “solidário” aos adversários políticos e votou várias vezes a favor de parlamentares da esquerda, pelo não seguimento de suas ações.

“Votei de acordo com minha consciência, na certeza de que a opinião do parlamentar é inviolável. Seja de deputado da direita e da esquerda. Não posso mudar de opinião porque quem está do outro lado é um deputado opositor ao meu campo político”, disse Silva.

Tudo certo

O deputado Quaquá integrou o Conselho de Ética até o início de setembro, quando decidiu renunciar à vaga. Antes disso,

porém, em agosto, ele propôs um acordo para que as 22 ações apresentadas até aquele momento fossem arquivadas. Disse que seria “didático”.

“Acho que devemos, nesta tarde, no conselho, negar todas as admissibilidades, como algo pedagógico, independentemente do mérito. Votarei para negar todas. Na próxima vez, tudo bem, atacaremos o mérito”, justificou Quaquá, em 9 de agosto.

E anunciou que, a partir daquela data, nenhum ato de quebra de decoro será tolerado.

“A partir de agora, não toleraremos mais isso. Tem que ter respeito nesta República”, completou o deputado, que agrediu um colega no plenário e é alvo de ação no colegiado. O próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu punição.

Em dezembro, outras sete representações chegaram ao conselho, mas vão tramitar somente em 2024. Os deputados que se livraram do conselho neste 2023 foram, entre os governistas: Márcio Jerry (PCdoB-MA), Juliana Cardoso (PT-SP), Talíria Petrone (PSol-RJ), Érika Kokay (PT-DF), Marcon (PT-RS), Sâmia Bonfim (PSol-SP), Célia Xakriabá (PSol-MG), Gláuber Braga (PSol-RJ), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Fernanda Melchionna (PSol-RS). E os opositoristas: Opositoristas: Carla Zambelli (PL-SP), Nikolas Ferreira (PL-MG), José Medeiros (PL-MT), Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Júlia Zanatta (PL-SC), André Fernandes (PL-CE), Abílio Brunini (PL-MT), Ricardo Salles (PL-SP) e Zucco (PL-RS).

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Aliança de Nunes com Bolsonaro empurra Marta de volta ao PT

Alguns sustentam que o mitológico Doutor Fausto realmente existiu e reaparece na política. No fim da Idade Média, esse personagem do romantismo alemão teria feito um pacto com o demônio, Mefistófeles, a quem se submeteu, em troca de conhecimento, vida eterna e amor. Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) dedicou 60 anos à composição de *Fausto*, sua obra-prima, um poema dramático publicado em duas partes: a primeira em 1808 e a segunda, em 1832, já postumamente.

O resumo da tragédia é o seguinte: o insatisfeito e ambicioso Henrich Fausto conhece um demônio chamado Mefistófeles e com ele faz um acordo. Vende a própria alma, a troca de ver seus desejos realizados, entre eles o amor de Gretchen, por quem se apaixonou. Para alguns, o personagem teria sido inspirado em Johann Georg Faust (1480-1540), alquimista, mago e astrólogo do Renascimento alemão.

O mito de Fausto é um arquétipo da literatura, do cinema, do teatro, da música e da pintura. Com certa recorrência, aparece como paradigma na política, como agora, na eleição de São Paulo, na qual o prefeito Ricardo Nunes (MDB) concorre à reeleição e busca o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o ex-prefeito Gilberto Kassab, presidente do PSD e homem forte do Palácio dos Bandeirantes, já anunciaram apoio a Nunes. Mas Bolsonaro nega — quer um pacto com Nunes, que tenta remover a candidatura do deputado Ricardo Salles (PL), ex-ministro do Meio Ambiente do ex-presidente, aquele que quis “passar a boiada”.

O presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, anunciou seu apoio a Nunes, mas Bolsonaro ainda não se decidiu. Quer um compromisso político mais ostensivo do prefeito, que busca o apoio dos eleitores bolsonaristas, mas não quer ser identificado como tal porque o ex-presidente foi derrotado por Lula na capital paulista. Nunes teme perder os eleitores órfãos de Bruno Covas. Por essa razão, Salles permanece uma alternativa para Bolsonaro, cuja base não se sente representada por Nunes.

A aproximação entre Nunes e Bolsonaro empurra Marta Suplicy, atual secretária de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo, para fora do bloco político tecido na reeleição do tucano Bruno Covas, que faleceu precocemente, logo após as eleições de 2020. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva trabalha intensamente para que a ex-prefeita volte ao PT e componha a chapa do deputado federal Guilherme Boulos (PSol) como vice.

Avalia que Marta atrairia os eleitores de centro, consolidaria o apoio petista e compensaria a falta de experiência administrativa do seu candidato. Segundo o deputado Carlos Zarrattini (PT-SP), não existe resistência da legenda ao nome de Marta, embora a relação entre a ex-prefeita e o PT tenha sido tensa em muitos momentos.

Ruptura com Dilma

O próprio Lula foi protagonista de alguns desses desencontros. Eleita prefeita de São Paulo, em 2000, Marta foi um esteio da eleição de Lula à Presidência, em 2002. Mas não teve o apoio que esperava do petista na reeleição, em 2004, quando foi derrotada pelo tucano José Serra.

Em 2006, pleiteou a candidatura ao governo de São Paulo e foi preterida por Lula, que bancou a candidatura do então senador Aloizio Mercadante. Entretanto, se elegeu senadora e foi convidada para ser ministra do Turismo.

Em 2008, disputou novamente a prefeitura, com apoio de Lula, e perdeu para o então tucano Kassab. De novo tentou ser candidata à administração de São Paulo, em 2012, mas foi convencida por Lula a ceder a vaga para o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que se elegeu.

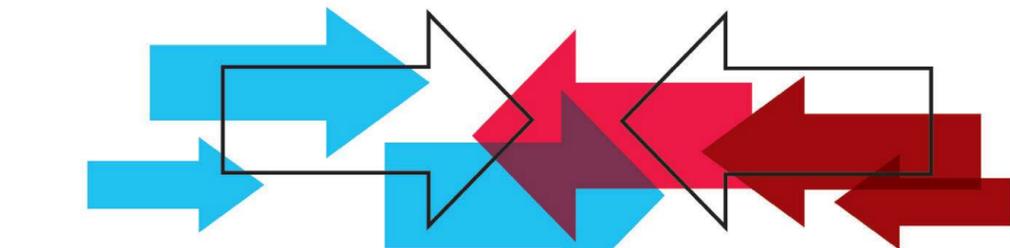
A ruptura com o PT ocorreu na reeleição de Dilma Rousseff, de quem era ministra da Cultura, em 2014. Marta liderou o movimento pela volta de Lula ao Palácio do Planalto, nas eleições daquele ano, mas as articulações não prosperaram.

Na convenção petista, quando muitos esperavam que Lula anunciasse a intenção de voltar ao poder, a ex-presidente da República se antecipou e se declarou candidata à reeleição. Ele aceitou e a situação de Marta na Esplanada tornou-se insustentável.

Marta retornou ao Senado e desfilou-se do PT, em abril de 2014. A ex-prefeita optou pela filiação ao PMDB, para concorrer à Prefeitura, mas foi derrotada por João Dória (PSDB), em 2016. Nunca mais quis disputar eleições.

Entretanto, em 2020, apoiou a reeleição de Bruno Covas, numa “frente ampla” contra Bolsonaro, sendo convidada para ser secretária de Relações Internacionais, cargo no qual foi mantida por Nunes, quando assumiu a prefeitura.

Casos arquivados



ESQUERDISTAS POUPADOS POR BOLSONARISTAS



Juliana Cardoso (PT-SP)

Em votação do marco temporal para terras indígenas chamou deputados de “assassinos” — caso arquivado por 13 a 2, com votos a favor de Domingos Sávio (PL-MG) e Cabo Gilberto Silva (PL-PB)



Talíria Petrone (PSol-RJ)

Acusações contra Ricardo Salles (PL-SP) na CPI — caso arquivado por 11 a 2, com votos a favor do Delegado Ramagem (PL-RJ) e Cabo Gilberto Silva (PL-PB)



Sâmia Bonfim (PSol-SP)

Em reunião da CPI do MST se referiu ao deputado Girão (PL-RN) como “terrorista” — caso arquivado por 10 a 1, com votos a favor do Cabo Gilberto Silva (PL-PB) e Delegado Fábio Costa (PP-AL)

BOLSONARISTAS POUPADOS POR ESQUERDISTAS



Eduardo Bolsonaro (PL-SP)

Ofendeu o petista Varcon (PT-RS) com palavrões e o ameaçou fisicamente — caso arquivado por 12 a 1, com votos a favor de Jack Rocha (PT-ES) e Ana Paula Lima (PT-SC)



Abílio Brunini (PL-MT)

Acusado de transfobia e violência de gênero contra a deputada Erika Hilton (PSol-SP) — caso arquivado por 11 a 2, com votos a favor do relator Mário Heringer (PDT-MG) e Joseildo Ramos (PT-BA)



Nikolas Ferreira (PL-MG)

Também acusado de transfobia, ao discursar no plenário com uma peruca amarela e dizer que “as mulheres estão perdendo espaço para homens que se sentem mulheres” — caso arquivado por 12 a 5, com voto a favor de Washington Quaquá (PT-RJ)